

A COLAGEM UNIVERSAL E O GRAU ZERO DA REPRESENTAÇÃO

Jorge Luiz Borges Bezerra¹, Toyoko Suenaga¹

¹Departamento de Letras, Universidade Estadual do Maranhão, São Luis, Maranhão, Brasil. Autor correspondente: jorgebores@unb.br

RESUMO

O atual estágio de desenvolvimento das tecnologias digitais midiáticas, como a rede mundial de computadores, de alguma forma tem favorecido o volume de produção e disponibilização da informação tanto quanto potencializado a comunicação e o contato telemático em escala mundial, fenômeno nunca antes observado (em que pese a “escrita”), constituindo, todavia, uma situação cultural ainda opaca, difusa e de complexa teorização. O paradigma da Modernidade passa por um momento de revisão de seus fundamentos epistemológicos e de suas utopias emancipatórias, ancoradas na utopia racionalizante sócio-cultural, tecnocientificista do progresso material; a própria percepção do tempo e, portanto da própria História, herdado do Iluminismo (Aufklärung), enquanto desenvolvimento teleológico e linear de uma racionalidade

instrumental de controle das forças naturais e da organização social, tem sido denunciado como logocêntrico, totalitário, incapaz e débil, portanto, de dar conta do paradoxal, incontido e aparentemente in formulável e caótico cenário cultural pós-moderno: com uma certa indiferença cinismo, a arte (cuja morte vem sendo decretada desde final do século XIX) apresenta como dispositivo de aferição privilegiado da mais recente disfunção referencial: hibridização, citação aleatória de estilos históricos, virtualização de seu processo produtivo no ciberespaço, esse labirinto informacional a um só tempo misterioso e caótico de navegação a deriva. As identidades, individual e coletiva, de alguma forma se alcançam por esse cataclismo dinâmico de fluxo incontido dessa nova economia simbólica.

Palavras-chave: estudos culturais, análise do discurso, identidade e diferença

ABSTRACT

The actual current stage of the development of the digital *media* technologies in some ways has favored the contact and the overflow of information and communication is within the limit, a situation culture still opaque, indecipherable and complex theory.

The paradigm of Modernity passing through a time of revision of its foundations epistemological and emancipating their utopias, the very concept of history inherited from Enlightenment, while teleological and linear progression of time has proven, unable

to give an account of pos-modern cultural dynamism, with some regularity, the art becomes a cut of reference of styles historical and cyberspace maze that only time a mysterious and chaotic search indefined the

individual and collect identities in some way be reached by this process paradoxically dynamic flow not contained symbolic of this new economy.

Key words: cultural studies, discourse analyzing, identity and difference

Com efeito, o século XX e começo do novo milênio têm sido profuso e generoso em exemplos que apontam para o que se poderia nomear, momentaneamente, de crise convulsiva de identidade, em cujo âmbito situam-se a linguagem artística, de um modo geral, tanto numa perspectiva sócio-cultural (veja-se, por exemplo, o multiculturalismo resultante do fluxo migratório, sobretudo na Europa e E.U.A), quanto intelectual, a exemplo do processo em curso de interdisciplinaridade a que apontam os Estudos Culturais e a “Teoria?”. Verifica-se ao longo da escalada tecnocientífica do inconstante e conturbado século XX um processo crescente de descentramento do sujeito cartesiano-iluminista. Seus efeitos mais recentes se manifestam, por exemplo, na forma como se reproduzem agrupamentos sócio-culturais, freqüentemente de caráter transitório, e proliferam seus respectivos “jogos de linguagem”, e que alcança seu momento de paroxismo com o atual cenário tecnocultural, identificado seja como pós-moderno, pós-estruturalismo ou ainda cibercultural. Estudioso dos agrupamentos sociais contemporâneos, transitórios e micrológicos, sociabilidades motivadas por uma certa casualidade de fundo temático, Michel Maffesoli, ao se questionar pela lógica subjacente às modalidades de agrupamento no pós-moderno, propõe o que entende por “deslizamento de uma lógica da

identidade para uma lógica da identificação” (MAFFESOLI, 2005, p. 22)

O domínio da estética e da teorização, tanto literária quanto lingüística, acaba se revelando o termômetro mais sensível das transformações ocorridas no âmbito do que se poderia qualificar, ainda provisoriamente, de realinhamento da identidade lingüística: um processo abrupto da virtualização de antigos referenciais sócio-culturais, ao centro do qual assume notoriedade o próprio mito da Modernidade, sua percepção de tempo e história enquanto progressão linear teleológica, enfim, sua epistemologia e fragmentação teológica em domínios axiológicos autônomos (ética, estética e política), incidindo sobre os valores universais que lhe são correlatos, tais como logocentrismo e verdade. A linguagem verbal, enquanto dispositivo do jogo e da troca simbólica, do espaço imaginário e da representação, daquilo, portanto, que se apresenta como o ponto de partida privilegiado e fundacionista, mobilizador da construção da identidade intersubjetiva e da “ação comunicativa”, se ressentido de forma singular das mais recentes mutações no cenário de globalização da produção material, da entrada em cena, no mercado livre midiático, de “minorias” culturais, com seus desdobramentos sócio-culturais, afetando a percepção dos dados imediatos de uma realidade até então compartilhada como

foco e parâmetro de consenso e entendimento, e de que a rede mundial de computadores (www), metáfora do labirinto pós-moderno, do dilúvio informacional e finalmente da desconstrução pós-estruturalista, se apresenta como um dos indicadores mais sensíveis de um suposto “vale-tudo” simbólico. Afinal de contas, “a representação inclui práticas de significação e sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito” (WOODWARD, 2003, p. 17) Num ensaio que analisa o que chama de “sociedade dos *media*” e seu caráter emancipatório - a entrada no cenário cultural globalizado, por conta dos meios de comunicação de massa, de minorias étnicas cujo direito à palavra lhe fora historicamente negado, Gianni Vattimo (1989) sentencia que “na sociedade dos *media* em vez de um ideal emancipativo modelado na autoconsciência completamente definida (...) está a surgir um ideal de emancipação que, na sua própria base, reflete oscilação, pluralidade, e, finalmente, a erosão do próprio ‘princípio de realidade’” (VATTIMO, 1989, p. 15)

A cultura de massa e a “sociedade do espetáculo”, seus produtos transestéticos, as novas mídias eletrônicas de informação e comunicação, a cultura do simulacro e do hiper-realismo, a emergência do ciberespaço e de seus dispositivos digitais de virtualização, desencadeiam e aceleram um processo menos de renovação ou substituição que de fragmentação da linguagem. No limite, os efeitos dessa proliferação (*disseminação*, como prefere Jacques Derrida) presenteísta e esquizofrênica do significante e de códigos (F. Jameson), em contrapartida ao ocaso do significado, afetam a própria percepção, coletiva e individual, da realidade, descentralizando e, logo,

desestabilizando o universo da referencialidade extralingüística e da identidade subjetiva. Referindo a Jacques Lacan, F. Jameson observa que “Lacan descreve a esquizofrenia como sendo a ruptura na cadeia dos significantes(...). Quando essa relação se rompe, quando se quebram as cadeias da significação, então temos a esquizofrenia sob forma de um amontoado de significantes distintos e não relacionados” (JAMESON, 1996, p. 53)

De fato, após o declínio de uma visão clássica e humanista, segundo a qual a transparência da linguagem atende ao postulado iluminista de um sujeito original e centrado, o ponto-de-vista estruturalista, antecedido pela descoberta freudiana do inconsciente, de que o *Curso de Lingüística Geral* de Ferdinand de Saussure - em que se confere ênfase à identidade relacional dos elementos de um sistema - é o momento desencadeador, iria promover uma revolução epistemológica no tratamento reservado até então à linguagem enquanto veículo do pensamento, atributo de uma subjetividade autônoma, afetando, em cadeia, o conjunto das ciências sociais e humanas. E. Lopes relembra que “o epistema dominante no campo das ciências humanas e sociais deste século que está chegando ao fim foi (...) o estruturalismo” (LOPES, 1996, p. 39). Com base num elenco hierarquizado de dicotomias (sincronia/diacronia; significante/significado; língua/fala etc.), Saussure privilegia a forma, i.é., a “língua” enquanto o sistema de diferenças, número finito de regras, estruturas e convenções sociais, responsáveis em última instância pelo processo de significação (semiose), em detrimento dos atos individuais e concretos da fala. Tal privilégio concedido à descrição dos diversos níveis de estrutura da língua, que, aliás,

resultaria eficiente e produtivo (fonologia, Semiologia), iria prevalecer ao longo de toda a primeira metade do século XX, inclusive no âmbito, embora com outro enfoque, da lingüística norte-americana, por intermédio de Leonardo Bloomfield.

Não obstante o *status* cientificista conferido pelo estruturalismo lingüístico a inúmeras disciplinas, dentre as quais a Antropologia e a Teoria Literária, face ao qual a lingüística histórico-comparativista do século XX, ainda que positivista, perderia terreno e interesse, a autonomia e independência concedida ao sistema (lingüístico) implicariam, por seu caráter de imanência, na exclusão de fatores extralingüísticos, hoje caros à teorização discursiva e pragmática, tais como a fala em seu momento de enunciação *pari passu* às condições de produção em que todo discurso se enuncia. Conseqüentemente, o próprio sujeito falante e as vicissitudes históricas que o interpelam e de onde elabora seus enunciados, escapam ao campo de interesse da teorização a respeito da linguagem: “o humanismo tendia, como um motivo central do pensamento liberal europeu, a colocar o ‘sujeito’ no centro da análise e da teoria, vendo-o como a origem e a fonte do pensamento e da ação, enquanto o estruturalismo, ao menos em uma leitura althusseriana, via os sujeitos como simples portadores de estruturas” (PETERS, 2000, p. 31)

Mais do que sistema de sinais, percepção que de alguma forma ainda religaria a linguagem ao mundo referencial, a língua, para Saussure, se define como sistema (negativo) de diferenças, sem termos positivos, e sob esse aspecto, refratária a qualquer noção essencialista e/ou subjetivista à respeito da significação: um sistema de

valores em que cada elemento adquire pertinência semiológica pela função opositiva e de resto pela teia de relações (sintagmáticas e paradigmáticas) no interior do próprio sistema. De acordo com CULLER, “as unidades lingüísticas têm um valor dentro do sistema, um significado que é resultado das oposições que as definem” (CULLER, 1979, p. 26). O signo lingüístico – e por extensão toda a linguagem humana – elemento essencial da identidade subjetiva e social - se atualiza como o resultado da união, mutuamente arbitrária, entre uma forma sensível, o significante, e um conceito, uma idéia, o significado, isto é, sua contraparte (psíquica como aliás, o significante) inteligível. No entanto, o caráter arbitrário e, por conseguinte, diferencial e relacional da linguagem, que faz dela um sistema autônomo e auto-suficiente, redimensiona o estatuto referencial conferido à linguagem desde os gregos. O estruturalismo à saussureana desestabiliza a visão corrente a respeito da linguagem, altera sua condição de horizonte inteligível passivo de toda forma de representação cultural, por intermédio da qual se estabelecem, no limite, todos os vínculos sociais. As conseqüências filosóficas (de base lingüística) da empreitada estruturalista passam a incidir na filosofia moderna, humano-iluminista, de origem cartesiana, descentrando o sujeito de sua condição original de agente catalisador do processo lingüístico de representação de si e do mundo.

A emergência, na segunda metade do século XX, de conceitos como *discurso e escritura*, recoloca a problemática da significação (semântica) no primeiro plano de debate lingüístico-semiológico: em ambos os casos, reafirma-se a idéia de ‘sentido’ como algo que escapa à determinação de um

sujeito idêntico a si mesmo, agente homogêneo e privilegiado do processo de significação, capaz de reconhecer-se, salvo como efeito de assujeitamento ideológico, na própria representação lingüística que produz. A Análise do Discurso – interdisciplina que recorre à releitura estrutural de Freud e Marx via Lacan e Althusser, enfatiza, não o aspecto mimético e referencial da linguagem, veículo do pensamento, historicamente desenvolvido; tampouco subscreve a garantia de um “eu” integral, de uma identidade sujeito-linguagem no seio da qual (a linguagem) a desordem do mundo se estrutura; mas, em vez disso, prioriza dessa vez as condições de produção do sentido, as formações discursivas que interpelam o indivíduo enquanto sujeito, tornando-o função da estrutura inconsciente que se lhe sobrepõem. Sob esse ângulo, para ORLANDI (2001, P. 46) “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”. A propósito, o conceito do *interdiscurso*, ao levar em conta a diversidade das formações discursivas, passíveis de recorrência no interior de um mesmo discurso, intensifica a natureza dispersiva, fragmentária e heterogênea da identidade tanto discursiva quanto do sujeito da enunciação. De acordo com Helena Brandão, “Pêcheux reconhece uma heterogeneidade que é constitutiva do discurso e que é produzida pelas várias funções assumidas pelo sujeito”. (BRANDÃO, 1995, p. 42). Vista como discurso e em seu contexto enunciativo, a linguagem foge ao controle imediato de uma subjetividade centrada e autoconsciente; torna-se, em contrapartida, o agente dispersivo de um processo de estranhamento que, no pós-moderno, se manifesta na crise assintática de subjetividade inconstante e

provisória (a esquizofrenia estilística no pós-moderno a que alude F. Jameson) tanto quanto no fluxo fragmentário dos “jogos de linguagem”:

quando Wittgenstein, recomeçando o estudo da linguagem a partir do zero, centraliza sua atenção sobre os efeitos dos discursos, chama os diversos tipos de enunciados que ele caracteriza desta maneira, e dos quais enumerou alguns, de jogos de Linguagem. Por este termo quer dizer que cada uma destas diversas categorias de enunciados deve poder ser determinada por regras que especifiquem suas propriedades e o uso que delas se pode fazer, exatamente como o jogo de xadrez se define como um conjunto de regras que determinam as propriedades das peças, ou o modo conveniente de deslocá-las” (LYOTARD, 1998, pp. 16-17)

Por outro lado, é sabido o quanto a filosofia desconstrucionista de Jacques Derrida, reabilitando, ou deslocando, a escritura, leva às últimas conseqüências a teoria da linguagem saussureana. A linguagem, entendida historicamente como instrumento de representação, abandona de vez, de ponto-de-vista filosófico, qualquer vínculo referencialista com o mundo, isto é, com o *significado transcendental* (metafísico), e com aquele outro sistêmico (estrutural), desubstancializando-o num mecanismo de diferencialidade incontido e descentralizado e incapaz de deter-se. Com Derrida, o sentido, instância intelectual da linguagem, dispositivo intersubjetivo, por outro lado capaz de religar a natureza num mesmo horizonte referencial étnico-comunitário e existencial, perde sua transparência imediata e metafísica, anterior a própria linguagem. O significado lingüístico, efeito de diferenças, mutante e

postergado indefinidamente, se transforma no jogo de remetimento auto-sustentável de significantes, sem ponto fixo e estável (Deus, a História, o Mito, as utopias sociais, etc.) responsáveis, em última instância, pela coesão do tecido social a partir do qual a linguagem se instrumentalizaria, como sempre o fora, em reflexo de uma inferioridade e da representação subjetivas. Referindo-se ao pós-estruturalismo de J. Derrida, Tomaz Tadeu da Silva, comenta que “o adiamento indefinido do significado e sua dependência de uma operação de diferença significa que o processo de significação é fundamentalmente indeterminado, sempre incerto e vacilante”. (DA SILVA, 2003, p. 80). Enfim, direta ou indiretamente, ao longo do século XX a linguagem vem se configurando no cenário privilegiado da teorização sócio-cultural, sobretudo contemporânea, a cujo deslocamento alguns autores se referem como “crise”. Certamente não terá sido a primeira, nem no que se refere a seu teor antropológico (transmutações de identidades, estabilização das línguas neolatinas), nem mesmo político-ideológico (a crise da escritura realista burguesa a que de menciona o semiólogo R. Barthes, em seu *Grau Zero da Escritura*, mas provavelmente aquela em que o poder simbólico e de representação de identidade subjetiva se enfraquece (se virtualiza) em escala universal, dado o poder de religamento e retribalização digito-virtual da humanidade em proveito do jogo aleatório, da multiplicação de códigos e de sua autonomia estrutural.

O que se vem chamando de crise de linguagem se configura, também, como distúrbio de sua natureza linear; da linearidade de um significante que se desprende da sobredeterminação de um

sistema ideológico - a Modernidade e os discursos que lhe conferiam legitimidade - ganha autonomia e se recria na lógica do jogo publicitário da mercadoria, e que, de resto, se reproduz na alinearidade e na dispersão disléxica e sem controle do próprio sistema em que tanto linguagem quanto referência e referencialidade se apóiam; a crise de sua temporalidade própria, narrativa e mitológica, e que se manifesta na perda de seu poder de coesão discursivo e ontológico, e de textualização da realidade imediata, se revela na incapacidade de aderência a único centro: toda a História se contrai e se pasteuriza na multidimensionalidade caótica do ciberespaço, se constitui num único livro, a babel e o labirinto digital com se inaugura o *ethos* cultural, i.e, estético do século 21. A esse propósito, comenta Maffesoli que: “é a partir de uma arte generalizada que se pode compreender a estética como faculdade de sentir em comum. Nesse sentido, retomo a concepção que tinha Kant da *aisthesis*: ênfase no *processo* que me faz admirar um objeto artístico e não no objeto em si” (2005, p. 14).

De acordo com Helena Martins (2004), a questão do sentido e suas origens filosóficas na Grécia antiga, interesse imediato daquela disciplina e de sua busca metafísica pela verdade última e essencial subjacente à aparência imediata do mundo, fora historicamente tratada em três dimensões distintas, que em última instância se sobrepõem e se recortam, a seguir enumeradas, em que pese o fato da autora não desenvolvê-las em toda sua extensão. Para Helena Martins, a linguagem humana significa na medida em que “(i) identifica parcelas da realidade; (ii) representa acontecimentos mentais compartilhados entre falantes e ouvintes; (iii) é usada e

vivenciada no fluxo das práticas e costumes de uma comunidade lingüística, histórica e culturalmente determinada” (2004, p. 442). De forma geral, deve-se concluir do esquema supra-mencionado pela preeminência do papel instrumental da linguagem enquanto suporte de representação e designação, ao mesmo tempo em que, atualizada em ato de fala em um determinado contexto sócio-histórico e político-cultural, funciona na interação orgânica do tecido social e finalmente na constituição da identidade subjetiva. Razão pela qual um lingüista como Rodolfo Ilari dê ênfase ao papel do professor de língua materna como agente privilegiado no desenvolvimento da linguagem, enfatizando seu potencial cognitivo e interacional; de resto, a lingüística gerativa e cartesiana de Noam Chomsky, retomando o “mentalismo” de E. Sapir, privilegia o aspecto criativo da linguagem que, sob essa óptica, assume papel preponderante na identidade e identificação do indivíduo enquanto sujeito social e lingüístico, constitui a origem e substância do espaço simbólico onde o indivíduo se reconhece e constrói sua identidade.

Por sua vez, buscando rastrear e caracterizar aspectos da cultura pós-moderna, globalizada pelas novas mídias de tecnologia digital, que permitam situá-los na base de um incerto horizonte de “crise de identidade” pela qual transita a modernidade tardia, Stuart Hall (1998) investiga o caráter específico da identidade a partir do pressuposto histórico de três formas de sujeito:

- a) sujeito do iluminismo;
- b) sujeito sociológico;
- c) sujeito pós-moderno.

No primeiro caso, a identidade corresponderia a um “eu” essencial e individual, centrado em si mesmo. Quanto ao sujeito sociológico, a noção de sujeito, e assim o de sua própria identidade, se daria na inter-relação no interior o tecido social, prevalecendo, contudo a idéia de sujeito enquanto núcleo interno catalisador de experiências subjetivas. Em ambos os casos acima mencionados, ainda convém tratar-se de um sujeito monolítico, cuja identidade se mostra unificada e estabilizada, em face, por exemplo, de uma outra modalidade, fragmentária e provisória e dispersiva desse sujeito tardio pós-moderno. Quanto a este último, o autor conclui que “(...) à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos identificar – ao menos temporariamente.” (HALL, 1998, p. 13).

A instabilidade e o caráter fragmentário e pluralístico de identidade subjetiva no ambiente cultural pós-moderno, tese postulada por Stuart Hall, adquire o perfil de uma mudança estrutural no âmbito de uma abordagem e teorização eminentemente sociológica, área em que o referido autor atua e concentra sua análise.

Entende-se que ao lado de motivações e repercussões de cunho estritamente sócio-cultural, a crise de identidade a que autores comprometidos com as mais diversas disciplinas faz referência encontra no domínio da linguagem (verbal ou não-verbal), não tanto sua causa e origem imediata. Tal como postulado por Lyotard e Gianni Vattimo, há de se levar em conta o descrédito de que se mostram objeto aquelas metanarrativas oriundas da Modernidade, tais

como a crença num ideal iluminista de sociedade emancipada de sua precariedade material e existencial, elegendo ciência e tecnologia seus agentes promotores, à arte a condição de vanguarda anunciadora desse processo de libertação. Fora do âmbito diretamente centrado na teorização lingüística, mas que num movimento centrífugo acaba reintroduzindo a questão da linguagem num debate de amplitudes maiores, a saber, o da identidade, a problemática do pós-moderno responde, portanto, àquela outra crise ideológica mencionada supra: a da própria Modernidade, juntamente com seus paradigmas epistemológico e de seus discursos legitimatórios. Com a debilidade teleológica argumentativa dos grandes discursos fundadores da Modernização burguesa (como o iluminismo, o humanismo liberal, o marxismo, etc), recrudescer seu poder de consenso (ideológico e discursivo) através do qual se estabeleceriam os vínculos sociais e se projetariam as utopias de um mundo técnico-científico livre e emancipado. Por sua vez, a linguagem na medida em que acompanha esse processo crescente de instrumentalização cultural e racionalização social, mas em todo caso de fragmentação dos vínculos sociais pela incapacidade de mobilização consensual em torno dos grandes temas, transforma-se (multiplicada pela universalização das mídias eletrônicas) em células dialetais de significantes emancipados, idioletos atomizados e em “jogos de linguagem” especializados de grupos que passam a ser identificados por motivações temáticas, profissionais, estéticas, enfim, pelo “tribalismo” étnico e comportamental, identidade sexual e (sic) lingüística, etc. A uma determinada altura de “A Condição pós-moderna”, Lyotard (1998,

pp. 17-18) observa que “o vínculo social observável é efeito de ‘lances’ de linguagem”.

Ao lado do estatuto do saber (ciência e metanarrativa) nas sociedades desenvolvidas, e suas fragmentação em discursos especializados e jogos de linguagem, o desenvolvimento da arte, especialmente na segunda metade do século XX, se configuraria em outro campo de investigação semiológico, em que a estetização de vida (a cultura do simulacro) gera a multiplicação aleatória e desordenada de códigos e linguagens artísticas, em contexto tecnocultural realimentado pelas novas tecnologias digitais, sinalizado pela expressão cibercultura.

Frederic Jameson (1996) elenca características a respeito do pós-modernismo cultural. Propõe um paralelo entre as diferentes fases do capitalismo e a história do signo. Ao longo da história da expansão da economia capitalista, da divisão do trabalho em funções cada vez mais especializadas e da retificação das relações sociais, o signo (dispositivo simbólico, ideológico-discursivo) vai gradativamente se separando de seu referente, tornando-se, na sociedade de consumo e pós-industrial, ele próprio parte da produção de mercadoria. Para Jameson, *apud* CONNOR (1996, p. 45) “ficamos com aquele jogo puro e aleatório de significantes que denominamos pós-modernismo”. Num trecho em que se retoma o conceito de ‘esquizofrenia’ da obra de J. Lacan, com o qual investiga o ambiente cultural do pós-moderno, Jameson localiza na linguagem do *videotexto* experimental e produto cultural tipificador da lógica cultural do capitalismo globalizado. Destituído de sua sobredeterminação temporal (crise do historicismo, novecentista e da temporalidade

da Modernidade), a significação lingüística, produto de encadeamento temporal-linear de significantes, já não se mostra capaz de traduzir e ordenar a experiências psíquicas do sujeito numa cadeia narrativa inteligível. Para Jameson (1996, p. 53), “com a ruptura da cadeia de significação, o esquizofrênico se reduz à experiência de puros significantes naturais (...)a uma série de puros presentes não relacionados no tempo”.

A crise da historicidade acima mencionada favorece o ambiente cultural *pastische* pós-moderno, o acúmulo e bricolagem caótica de estilos impessoais sobrepostos acriticamente (modernismos e vanguarda históricas), o fluxo incontido de linguagem, algumas construídas *in vitro* (cibercultura), já distante de uma referencialização metafísica, e portanto incapaz de estabelecer vínculos sociais permanentes e duradouros. A linguagem, em suas diversas formas de representação, se revelaria a interface de especulações a respeito de uma suposta crise que se manifestaria na debilidade de religamento, a si historicamente atribuído, entre a representação e a identidade subjetiva. Articulado marxismo e saussureanismo em torno da questão de valor (troca e uso). J. Baudrillard sentencia que “a dimensão da estrutura se torna autônoma ao preço da exclusão da dimensão referencial (...). Acabam os referenciais de produção, de significação, de afeto, de substância, de história, toda essa equivalência a conteúdos reais que ainda lastreavam o signo com uma espécie de carga útil, de gravidade – sua forma de equivalente representativa”. (BAUDRILLARD, 1996, p. 16).

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. *A Troca simbólica e a morte*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BRANDÃO, H. H. N. *Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás*. São Paulo: UNESP.

CONNOR, S. *A cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

CULLER, J. *As idéias de Saussure*. Trad. Carlos A. da Fonseca. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

HALL, S. *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP& A, 1998.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LOPES, E. *A identidade e a diferença: raízes históricas das teorias estruturais da narrativa*. São Paulo: Edusp, 1997.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MAFFESOLI, M. *O mistério da conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e socialidade*. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: Mussalim, Bentes e Christina, Anna (Orgs). *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*, vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso*. Campinas: Pontes, 2001.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SILVA, T. T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003.

VATTIMO, G. *A sociedade transparente*. Lisboa: Edições 70, 1989.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2003.